

## A RELAÇÃO ENTRE O SUBDESENVOLVIMENTO, O PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO (1948-1964)<sup>1</sup>

Wilson Vieira<sup>2</sup>

### *Resumo*

O **objetivo** deste trabalho é analisar a articulação da reflexão de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento, o planejamento e a construção da nação. Para o autor em análise, a construção da nação passa pelo desenvolvimento econômico, o qual seria alcançado pelo planejamento democrático estatal, fortemente inspirado na teoria do planejamento democrático de Karl Mannheim. Porém, para que tal planejamento ocorresse a contento, Furtado considerava de grande importância que se elaborasse um diagnóstico do subdesenvolvimento. A nossa **hipótese** de trabalho é a de que Furtado ao elaborar um diagnóstico do subdesenvolvimento e as propostas de sua superação sempre o fez de maneira dinâmica, observando os desdobramentos do projeto de construção da nação, inspirado fortemente na socialdemocracia europeia.

**Palavras-chave:** subdesenvolvimento, planejamento democrático, desenvolvimento econômico, pensamento de Celso Furtado, construção da nação.

**Key words:** *underdevelopment, democratic planning, economic development, Celso Furtado's thought, nation building.*

<sup>1</sup> **Área 5:** História do Pensamento Econômico, Historiografia e Metodologia. Este trabalho se constitui numa forma resumida e modificada da nossa Tese de Doutorado em Sociologia. Para mais detalhes, ver Vieira (2010).

<sup>2</sup> Economista, Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ), Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA) do IE-UFRJ. E-mails: [wilson.vieira@ie.ufrj.br](mailto:wilson.vieira@ie.ufrj.br); [vieiraeco@gmail.com](mailto:vieiraeco@gmail.com); [vieiraeco@uol.com.br](mailto:vieiraeco@uol.com.br)

### *Introdução: Formas de Análise e de Abordagem*

O **objetivo** deste trabalho é analisar a articulação da reflexão de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento, o planejamento e a construção da nação. Para o autor em análise, a construção da nação passa pelo desenvolvimento econômico, o qual seria alcançado pelo planejamento democrático estatal, fortemente inspirado na teoria do planejamento democrático de Karl Mannheim. Porém, para que tal planejamento ocorresse a contento, Furtado considerava de grande importância que se elaborasse um diagnóstico do subdesenvolvimento, observando os desdobramentos da implantação do projeto de desenvolvimento no Brasil. A nossa **hipótese** de trabalho é a de que Furtado, ao elaborar um diagnóstico do subdesenvolvimento e as propostas de sua superação sempre o fez de maneira dinâmica, observando os desdobramentos do projeto de construção da nação, inspirado fortemente na socialdemocracia europeia.

Porém, antes de analisarmos a reflexão de Celso Furtado, é necessário que tenhamos breves considerações sobre as formas de análise e de abordagem adotadas, como seguem nos parágrafos abaixo.

A **forma de análise** adotada neste trabalho é a **Sociologia do Conhecimento**, elaborada por **Karl Mannheim**<sup>3</sup> e explicada no livro *Ideologia e utopia*<sup>4</sup>, como uma das ferramentas de análise, por entendermos como aquela que melhor nos possibilita uma compreensão mais abrangente do contexto em que Furtado reflete e atua, devido às características que possui:

I) Ela não é elaborada a partir do indivíduo isolado.

II) Os modos de pensamento concretamente existentes estão unidos ao contexto da ação coletiva, na qual, num sentido intelectual, se descobre inicialmente o mundo.

E essa ação coletiva é feita por grupos sociais denominados por Mannheim de *intelligentsia*, os quais possuem a tarefa específica de dotar a sociedade em que estão inseridos de uma interpretação. E quanto mais estática uma sociedade, tanto mais

<sup>3</sup> Sociólogo alemão de origem húngara que teve grande influência na elaboração teórica de Furtado e também na sua ação através da ideia de planejamento democrático. Para mais detalhes, ver Furtado (1997).

<sup>4</sup> A primeira edição original em alemão foi publicada em 1929. Utilizamos a edição brasileira de 1972, publicada pela Zahar Editores.

tendem esses grupos a adquirir um *status* bem definido ou a posição de uma casta, tal como ocorria na Idade Média, por exemplo. Porém, com a dinamicidade crescente das sociedades, tal situação muda, como Mannheim (1972a: 39-40) afirma:

*Do ponto de vista sociológico, o fato decisivo dos tempos modernos, em contraste com a situação vigente na Idade Média, é o de ter sido quebrado este monopólio da interpretação eclesiástica do mundo, mantido pela casta sacerdotal, tendo surgido, no lugar de um estrato de intelectuais fechado e inteiramente organizado, uma intelligentsia livre. Sua característica principal é a de ser recrutada, de modo cada vez mais frequente, em estratos e situações de vida constantemente variáveis, e de seu modo de pensamento não estar mais sujeito a ser regulado por uma organização do tipo casta. Devido à ausência de uma organização social própria, os intelectuais permitiram que os diversos modos de pensamento e de experiência chegassem a competir abertamente entre si, no mundo mais amplo dos demais estratos.*

E é dentro dessa competição dos diversos modos de pensamento e experiência, que Mannheim (1972a: 66) teoriza sobre a ideologia e a utopia:

*A descoberta de raízes social-situacionais do pensamento adotou, pois, a princípio, a forma de desmascaramento. Em acréscimo à dissolução gradativa da visão de mundo objetiva unitária, que para o homem comum tomou a forma de uma pluralidade de concepções do mundo divergentes, e para os intelectuais se apresentou como a irreconciliável pluralidade de estilos de pensamento, penetrou na mente pública a tendência para desmascarar as motivações situacionais inconscientes do pensamento grupal. Esta intensificação final da crise intelectual pode ser caracterizada pelos dois conceitos do tipo slogan “ideologia e utopia” que devido à sua importância simbólica foram escolhidos para título deste livro<sup>5</sup>.*

A **ideologia**, então, teria o seguinte conceito: noção de que o inconsciente coletivo de certos grupos, em certas situações, obscurece a condição real da sociedade, tanto para si quanto para os demais, estabilizando-a, portanto (cf. Mannheim, 1972a: 66).

E a **utopia** (ou **pensar utópico**), seria conceituada da seguinte maneira: o inconsciente coletivo de grupos oprimidos e determinados a mudar a realidade, oculta determinados aspectos da mesma, fazendo-os, mesmo involuntariamente, ver nela somente elementos a serem negados. Não há preocupação com o que realmente existe,

---

<sup>5</sup> Palavras em negrito: grifo nosso.

mas somente com a mudança da situação existente e seu pensamento nunca é um diagnóstico da situação, pois somente pode ser usado como uma orientação para a ação. Nega tudo o que possa abalar a crença ou paralisar o desejo de mudar a situação vigente (cf. Mannheim, 1972a: 67)<sup>6</sup>.

Portanto, a partir do colocado acima é que podemos compreender a tarefa que Mannheim propõe com a Sociologia do Conhecimento: desmascarar o inconsciente coletivo a fim de se compreender os condicionantes sociais do pensamento.

Sem querermos nos alongar e nem entrar no debate acerca das reflexões produzidas por Mannheim, pensamos, contudo, que é válido citar a controvérsia dele com Horkheimer. Segundo este, o autor de *Ideologia e utopia* liga intuições a posições sociais, quando a verdade é imanente ao próprio real, e vê na Sociologia do Conhecimento a origem de um homem suprapartidário sem interesse emancipatório, algo que não existe na realidade<sup>7</sup>.

Mannheim, em *Sociologia da cultura* (1974: 81-82)<sup>8</sup>, no ensaio *O problema da intelligentsia. Um estudo de seu papel no passado e no presente*, sem citar Horkheimer, responde a essa crítica da seguinte maneira:

*Convém a esta altura reafirmar que os intelectuais não constituem um estrato elevado sobre as classes e não são de modo algum mais dotados que outros grupos para superar seus próprios engajamentos de classe. Em análise anterior desse estrato, usei o termo “intelligentsia relativamente descomprometida” (relativ freischwebende Intelligenz), que aceitei de Alfred Weber, sem pretender sugerir um grupo completamente e livre das relações de classe. O epíteto relativ não é uma palavra vazia. A expressão simplesmente alude ao fato reconhecido de que os intelectuais não reagem diante de determinadas situações de modo tão coeso como por exemplo os empregados ou os operários. Até mesmo estes últimos, de tempos em tempos, demonstram variações em suas reações a dados assuntos, mais ainda as chamadas classes médias; porém o menos uniforme é o comportamento*

<sup>6</sup> Como forma de complementar essa análise, nos valem da seguinte observação de Louis Wirth, no Prefácio de *Ideologia e Utopia*: “Ao invés de se contentar em chamar a atenção para o fato de que o interesse se reflete inevitavelmente em todo o pensamento, inclusive naquele seu aspecto a que se dá o nome de ciência, o Professor Mannheim procurou reconstituir a específica conexão entre os efetivos grupos de interesse na sociedade e as ideias e modos de pensamento que eles defendem. Conseguiu demonstrar que as **ideologias**, isto é, os **complexos de ideias que dirigem a atividade com vista à manutenção da ordem existente**, e as **utopias** – os **complexos de ideias que dirigem a atividade com vista a mudanças na ordem prevalecente** – não apenas desviam o pensamento do objeto da observação, mas também servem para fixar a atenção sobre aspectos da situação que de outra forma permaneceriam obscuros ou passariam despercebidos. Dessa maneira, ele elaborou, a partir de uma formulação teórica geral, um efetivo instrumento para uma fecunda pesquisa empírica” (Mannheim, 1972a: 20). Palavras em negrito: grifo nosso.

<sup>7</sup> Para mais detalhes, ver Horkheimer (1982).

<sup>8</sup> Os ensaios escritos nesse livro datam originalmente da década de 1930.

*político da intelligentsia. A história natural deste fenômeno é um tópico deste ensaio e de um estudo anterior. Feita essa advertência, é de se esperar que os críticos não voltem a simplificar minha tese, de acordo com suas conveniências, à proposição facilmente refutável de que a intelligentsia seja um estrato elevado acima das classes ou que possua revelações próprias. Com respeito a esse último ponto, o que eu pretendia demonstrar é que certos tipos de intelectual possuem maiores oportunidades de testar e aplicar as visões socialmente disponíveis e de experimentar suas incoerências<sup>9</sup>.*

A **forma de abordagem** adotada na análise da nação no pensamento de Celso Furtado é a **modernista**, porque vê as nações e os nacionalismos como produtos da modernidade, a partir da Revolução Francesa, sem nenhum paralelo antes de 1789. Ambas se constituem de um projeto coletivo (inexistente antes dessa época), de uma ideologia segundo a qual o povo soberano compartilha uma história e uma cultura comuns, as quais se devem lealdade e grandes sacrifícios<sup>10</sup>.

Consideramos também a abordagem modernista como a mais adequada para o nosso estudo devido ao fato de que logo após a Segunda Guerra Mundial, dentro do período que analisamos, a nação é concebida dentro dos valores da Revolução Francesa (autodeterminação, democracia, cidadania, direitos) e é a “terra prometida” do mundo libertado do jugo colonial das potências imperialistas europeias. Além disso, o caminho para a nação dentro dos moldes supracitados também passaria pela industrialização, pelo desenvolvimento econômico (situação dos países centrais). Na América Latina, dada uma situação diferente, por serem países independentes politicamente, mas dependentes economicamente, a afirmação deles como nações plenas necessariamente passaria por tal caminho econômico<sup>11</sup>.

Outro motivo que nos leva a adotar tal abordagem encontra-se no fato de que a reflexão de Furtado e de boa parte dos teóricos da nação e do desenvolvimento econômico (tanto no mundo quanto no Brasil), principalmente nas décadas de 1950 e 1960, concebe a nação e a sua construção dentro dessa ideia moderna. O próprio contexto, como observamos acima, reforça essa concepção e o uso dessa abordagem.

<sup>9</sup> Palavras em negrito: grifo nosso.

<sup>10</sup> Sobre as diversas abordagens do tema nação e nacionalismo, ver Guibernau (1997), Breuilly (2000) e Smith (2004).

<sup>11</sup> Para mais detalhes, ver os seguintes autores modernistas: Anderson (1989), Gellner (1993), Hobsbawm (1991).

Adotamos essa abordagem também na análise das consequências, tanto no plano da reflexão sobre nação e sua construção em Furtado, quanto no plano prático, ou seja, nos resultados de tal processo no Brasil.

A fim de reforçar a adoção da abordagem modernista, nos valem também dos seguintes estudos históricos, expostos resumidamente nos parágrafos abaixo:

I) O estudo de Tilly – relatado no livro *Coerção, capital e Estados europeus* (1996) - deixa bem claro que o termo “Estado nacional” não significa necessariamente Estado-nação, ou seja, um Estado no qual o seu povo compartilha uma forte identidade linguística, religiosa e simbólica. No caso europeu, o Estado nacional foi fruto de uma longa construção que remonta o ano de 990 d.C. e não significou (até o século XIX), a constituição de nações no sentido moderno.

II) A reflexão de Bendix, no livro *Construção nacional e cidadania* (1996) , nos mostra que houve uma expansão concomitante da autoridade pública e da cidadania na Europa ocidental a partir do século XVIII (inexistente na Idade Média), integrada num processo mais amplo, caracterizado pela industrialização, isto é, mudanças econômicas produzidas por uma tecnologia baseada em fontes de autoridade inanimadas, bem como no desenvolvimento contínuo da pesquisa científica , e, pela modernização (algumas vezes chamada de desenvolvimento social e político), ou seja, mudanças sociais e políticas que acompanharam a industrialização em muitos países da civilização ocidental, tais como: urbanização, mudanças na estrutura ocupacional, mobilidade social, desenvolvimento da educação, mudanças sociais de instituições absolutistas a governos responsáveis e representativos, e do *laissez-faire* a um Estado do bem estar moderno .

III) Zernatto, no texto *Nation: the history of a word* (2000), afirma que o termo *nação* ganhou várias acepções no decorrer da história, destacando-se o fato de que na Europa até o século XVIII somente os membros da elite eram considerados como membros da nação, com o povo, de maneira geral, excluído dela. Somente após a Revolução Francesa é que pouco a pouco parcelas crescentes da população seriam incluídas na nação, a começar pela burguesia.

Portanto, a partir do afirmado acima, dividimos o trabalho da seguinte maneira: primeiramente expomos a teoria do planejamento democrático de Karl Mannheim, modelo no qual Furtado se inspira para sua proposta de planejamento, em seguida expomos a reflexão de Furtado sobre o subdesenvolvimento e o planejamento democrático entre 1948 e 1958, depois fazemos o mesmo no período 1959-1964, e por fim, tecemos breves considerações finais.

### *O Planejamento Democrático de Karl Mannheim*

Ainda antes de partirmos propriamente para análise da reflexão de Furtado, é necessário que tenhamos breves considerações sobre a ideia de planejamento democrático de Karl Mannheim (1893-1947), elaborada em *O Homem e a sociedade* (1962)<sup>12</sup> e em *Liberdade, poder e planificação democrática* (1972b)<sup>13</sup>, a qual expomos sucintamente nos parágrafos que seguem<sup>14</sup>.

Mannheim elabora a ideia de planejamento democrático a partir da observação das consequências negativas que o *laissez-faire* trouxe à Europa, semelhante em alguns pontos à reflexão de Polanyi (1944)<sup>15</sup>.

**Primeiramente**, Mannheim observa uma realidade na qual o desenvolvimento técnico solapa as condições que eram a base da tradição, ou seja, desintegração do controle dos grupos antigos e pequenos (como o lar, a igreja, o mercado e a cidade, quando não representam influências inteiramente diferentes e até antagônicas) num processo de transformação rápida e espasmódica. Nessa realidade, Mannheim vê na desintegração das instituições a desintegração da personalidade, numa situação de quase anomia.

Um **segundo ponto** que o sociólogo alemão chama a atenção nesse diagnóstico é o de que a crise do capitalismo vivida a partir de 1929 não se constitui em mais uma crise fortuita, mas sim em algo inerente ao sistema. E mais: o liberalismo econômico se

<sup>12</sup> A primeira edição original em inglês (*Man and society in age of reconstruction*) é de 1940. Utilizamos a edição brasileira de 1962.

<sup>13</sup> A primeira edição original em inglês (*Freedom, power and democratic planning*) é de 1951, publicada postumamente. Utilizamos a edição brasileira de 1972.

<sup>14</sup> Os parágrafos que seguem baseiam-se largamente em Mannheim (1962 e 1972a), salvo indicações em contrário e citações.

<sup>15</sup> Ano da 1ª edição original em inglês. Utilizamos a edição brasileira de 1980.

constituiu cada vez mais em letra morta devido à presença cada vez maior dos monopólios.

Um **terceiro ponto** importante dessa reflexão encontra-se no fato de que o processo de transição da democracia liberal de poucos para uma verdadeira democracia das massas destruiu as estruturas sociais intermediárias entre as elites e as massas, tornando-se estas completamente fluidas, tanto na cultura quanto na política. Contudo, segundo Mannheim (1962, p. 117):

*A fonte de nossa crítica não está na presunçosa condenação das massas, tão difundida hoje em dia, nem nas restrições baratas aos princípios do liberalismo e democracia. Nosso objetivo básico é antes o desejo de fazer um apelo àqueles para os quais a liberdade e a justiça são ainda os valores fundamentais, para que reflitam sobre os meios adequados de assegurá-las dentro das condições técnicas e sociais modificadas do mundo de hoje.*

Um **quarto e último ponto** a destacar no seu diagnóstico encontra-se no fato de que, apesar das suas considerações sobre a democracia liberal de massas, Mannheim vê a principal dificuldade da sociedade moderna não na sua amplitude, mas sim no fato de que o método liberal de organização ainda não atingiu a fase em que possa produzir a articulação orgânica necessária a uma sociedade vasta e complexa.

Então, dada a crise do liberalismo, quais seriam as alternativas?

A **primeira alternativa** (que Mannheim condena) seria pelo **planejamento totalitário** em suas duas vertentes: fascismo e comunismo. A **segunda alternativa** (que Mannheim defende) seria pelo **planejamento democrático**.

Sobre a primeira alternativa, Mannheim chama a atenção para os pontos em comum desse tipo de planejamento no fascismo e no comunismo: i) o planejamento é visto como necessário nas esferas econômica, social e moral; ii) a planificação é um processo inclusivo, que tudo abrange e regula; iii) a planificação é um processo centralizado oriundo de umas poucas posições chave; iv) a planificação é executada por intermédio da ditadura<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Segundo Mannheim (1972b, p. 44-45): “Isto significa a concentração absoluta do poder nas mãos de uns poucos, por meio de um partido monopolístico. Em termos concretos, implica na suspensão de todos os direitos do cidadão livre. Significa o controle total da imprensa e de todos os outros órgãos formadores da opinião pública, bem como o controle completo do sistema educativo. Significa a utilização do poder por facções oficiais ou semioficiais; significa campo de concentração, espionagem e terrorismo de toda espécie”. Sobre as características diferenciadoras do comunismo e do fascismo, ver Mannheim (1972b, p. 45-49).



Em relação à **segunda alternativa**, Mannheim (1972b, p. 49) argumenta da seguinte maneira:

*Nossa tarefa consiste em construir um sistema social mediante o planejamento, mas planejamento de tipo especial: tem que ser planejamento para a liberdade, sujeito ao controle democrático; planejamento, mas não planejamento restricionista que favoreça os monopólios de grupos, sejam de homens de empresa ou de associações operárias, mas “planejamento para a plenitude”, isto é, pleno emprego e total exploração dos recursos; planejamento para a justiça social, mais que igualdade absoluta, com diferenciação de recompensas e status, sobre a base da genuína igualdade mais que do privilégio; planejamento, não para uma sociedade sem classes, mas para uma sociedade que suprima os extremos de riqueza e pobreza; planejamento para padrões culturais sem “nivelamento por baixo” – uma transição planejada, favorecendo o progresso, sem suprimir o que há de valioso na tradição; planejamento que neutralize os perigos de uma sociedade de massas, coordenando os instrumentos de controle social, mas só interferindo nos casos de deterioração institucional ou moral, definidos por critérios coletivos; planejamento para o equilíbrio entre a centralização e a dispersão do poder; planejamento para a transformação gradual da sociedade, a fim de estimular o desenvolvimento da personalidade: em resumo, planejamento mas não arregimentação.*

Cabe aqui acrescentar alguns elementos que na visão de Mannheim necessariamente estariam presentes no planejamento democrático:

I) Nesse processo, o planejamento se valeria do uso de técnicas sociais, baseadas em estudos científicos da sociedade, conjugados, se possível, com a experiência sociológica.

II) Os planejadores seriam controlados democraticamente num sistema parlamentar, que garante a seleção e a rotação das elites líderes (pelo menos na esfera política) e que preveniria a manipulação das massas.

III) Mesmo contando com a democracia no planejamento, Mannheim, numa maneira que podemos dizer contraditória, coloca em destaque a função da *intelligentsia*<sup>17</sup> nesse processo, pois, colocada acima das disputas políticas, ocupa uma posição chave na mudança social, como “especialistas na invenção e na difusão das ideias”<sup>18</sup>. Ela faz parte daquele grupo de planejadores que, por iniciar esse processo, não foram planejados, mas que se constituem em minorias que podem conduzir a sociedade no caminho da planificação para a liberdade.

<sup>17</sup> Grupo de intelectuais e técnicos de nível superior.

<sup>18</sup> Mannheim (1972b, p. 86).

Portanto, na visão de Mannheim, o planejamento democrático conta com a sociedade, mas no seu ponto de partida precisa contar com minorias, dentre elas a *intelligentsia*, que se coloca acima das disputas da sociedade, como se nela não estivesse inserida. Tal contradição seria vivida por Furtado, visto que ele muito viveu a tensão entre o ser técnico e o precisar fazer política (principalmente na SUDENE) e que analisamos no decorrer deste trabalho.

***O Diagnóstico do Subdesenvolvimento e o Planejamento Democrático em Celso  
Furtado entre 1948 e 1958***

Entre 1948 e 1958, Furtado participa do primeiro grupo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), cujos documentos acerca do diagnóstico do subdesenvolvimento refletem também a posição do autor em questão sobre esse fenômeno. Porém, mesmo com essa adesão, ele não deixa de fazer um caminho próprio na busca de entender com mais clareza esse fenômeno ao fazer uma fundamentação teórica, a nosso ver, mais aprofundada do que aquela feita por Raúl Prebisch nas suas reflexões que, apesar de ter feito críticas à concepção dominante da ciência econômica com a teoria da deterioração dos termos de intercâmbio, pouco aprofundou nessa crítica e nessa teoria alternativa. Não queremos dizer com isso, obviamente, que a reflexão de Prebisch não tem nenhuma importância. Muito pelo contrário: é um marco no pensamento econômico por ter lançado a semente, mas isso não nos isenta de mostrar que Furtado foi quem aprofundou mais nesse terreno nos seus textos das décadas de 1950 e 1960, como observamos nos parágrafos seguintes<sup>19</sup>.

O primeiro trabalho de Furtado dentro dessa linha de fundamentação teórica e crítica à concepção dominante que temos notícia é o artigo *Formação de capital e desenvolvimento econômico* (2007). Nele, há uma resposta do autor às considerações de Ragnar Nurkse sobre o subdesenvolvimento em seis conferências preferidas na

<sup>19</sup> Vale também afirmar que nesse período ocorre um rico debate sobre o desenvolvimento econômico no Brasil e no mundo, além de um debate sobre as nações e o nacionalismo tanto no centro quanto na periferia. Para mais detalhes, ver Bielschowsky (2000), Mantega (1984), Kohn (1963), Rostow (1964), Myrdal (1972), Nurkse (1957), Matossian (2000).

Fundação Getúlio Vargas em julho e agosto de 1951, reunidas na *Revista Brasileira de Economia* (nº 4, ano 5, dezembro de 1951) e depois, com revisões e acréscimos, publicadas no livro *Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos* (1957).

Nessa discussão com Nurkse, Furtado caminha ainda muito dentro do terreno da ciência econômica, mas, dadas as influências de sua formação acerca do papel da história, dá seus passos para um diagnóstico do subdesenvolvimento em bases cada vez mais interdisciplinares. Apesar das mediações sobre a singularidade desse fenômeno, há nele de maneira muito forte o modelo dos países desenvolvidos.

No período cepalino de Furtado também destacamos as obras *A economia brasileira* (1954a), *Uma economia dependente* (1956) e *Perspectivas da economia brasileira* (1958a), que analisamos sucintamente nos parágrafos que seguem.

Em *A economia brasileira* (1954a), é patente a preocupação em entender a economia brasileira no período em que é escrito o livro através do uso instrumental da história para compreender as características peculiares de uma economia subdesenvolvida como a brasileira. Tal fundamentação histórica corrobora a sua crítica das ideias sobre desenvolvimento econômico defendidas nos países centrais (que ele aprofunda em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de 1961, como veremos um pouco mais à frente). O livro é dividido em três partes. A primeira, que abarca somente o primeiro capítulo, analisa as categorias fundamentais do processo histórico do crescimento econômico, comparando as economias comerciais com as economias industriais, na qual o mercado interno atua como fator dinâmico e o progresso técnico é articulado com a formação de capital. A segunda parte, que abarca os capítulos 2, 3, 4 e 5, é um texto de história econômica do Brasil, que trata desde a unidade colonial exportadora escravista, passando pela economia colonial cafeeira com mão-de-obra assalariada e pela crise dessa economia com o deslocamento do centro dinâmico para o mercado interno e para a indústria, até os efeitos da política cambial nascente sobre essa atividade. A terceira parte se constitui numa formulação teórica do crescimento econômico, na qual ele mostra como se dá o processo de desenvolvimento nos países centrais e o processo de subdesenvolvimento nos países periféricos e como se

constituem, na verdade, em um só processo, além de mostrar como a teoria econômica aborda tal problema.

Esse livro se constitui na reunião das reflexões de Furtado em três frentes que ele trabalhava no período (como ele afirma em *A fantasia organizada* – 1985): i) teoria do desenvolvimento: gênese histórica e mecanismos de acumulação; ii) perspectiva histórica e problemas atuais da economia brasileira; iii) crítica das ideias sobre desenvolvimento econômico. Cabe destacar nesse livro a sua preocupação em mostrar que o sucesso da colonização no Brasil e o fracasso nos EUA se constituíram em raízes da situação de subdesenvolvimento que obstaculiza a construção da nação, mas também afirma o Brasil em suas potencialidades, dadas as semelhanças de recursos naturais e de tamanho de território entre esses dois países.

O livro *Uma economia dependente* (1956) na verdade se constitui em partes dos capítulos 2, 3, 4 e 5 do livro de 1954, conforme vimos acima.

O livro *Perspectivas da economia brasileira* (1958a) se constitui em transcrição de conferências proferidas no ISEB em 1957, que giraram em torno de três temáticas:

I) Equacionamento do problema do desenvolvimento da economia brasileira na etapa vivida na década de 1950 (industrialização planejada a partir de 1956).

II) Análise de suas tendências fundamentais.

III) Tentativa de determinar os principais fatores que poderiam reduzir o ritmo desse desenvolvimento nos anos que se seguiriam.

Dentro dessas conferências, no desenvolvimento dessas temáticas, Furtado caracteriza o Brasil como um imenso contínuo territorial dotado de unidade política e cultural, mas descontínuo e heterogêneo do ponto de vista econômico. Tirando aproximadamente dois terços do território nacional (que na época se constituíam em imenso vazio demográfico e econômico), o restante se dividia em dois sistemas econômicos autônomos: o sistema nordestino, que rigorosamente não podia ser considerado como tal devido à ausência do grau de integração necessário e com muitas atividades de subsistência, e, o sistema da região sul, relativamente integrado (havia importantes faixas de atividade econômica não vinculadas ao mercado e penetração desigual da economia monetária em seu território). Neste sistema, seu dinamismo estava

ligado ao setor do comércio internacional e ao setor industrial. E a articulação destes setores é que explica a aceleração do ritmo de crescimento da economia dessa região após 1948.

Na análise que Furtado empreende, podemos observar que há um diagnóstico do subdesenvolvimento como obstáculo à construção da nação, mesmo numa situação de industrialização crescente, porque a própria existência de dois sistemas econômicos mostra uma situação de disparidades regionais que precisavam ser sanadas através do planejamento.

Após sua saída da CEPAL em 1958, Furtado passa um período na Universidade de Cambridge, local em que pesquisa e escreve o livro *Formação econômica do Brasil – FEB* (cuja primeira edição foi publicada em 1959), considerada pela maioria dos cientistas sociais e pelos estudiosos de seu pensamento como sua principal obra devido ao fato dela estar centrada na análise da evolução econômica do Brasil com a utilização do modelo keynesiano. Tal livro também se constitui numa ampliação da sua tese de doutorado de 1948 e do seu livro de 1954. Um outro ponto importante em *FEB* se encontra no fato de que a preocupação com as disparidades regionais se torna cada vez mais realçada nas reflexões de Furtado, apesar dos avanços na industrialização. Ele defende a necessidade de políticas de desenvolvimento que almejassem o fim de tal situação, para que a nação continuasse seu processo de formação e construção.

Ao mesmo tempo em que elaborava o diagnóstico do subdesenvolvimento brasileiro para compreender tal obstáculo para a construção da nação, Furtado propunha a solução para a superação de tal situação através do planejamento democrático estatal, para promover o desenvolvimento econômico, tomando parte de um debate intenso no Brasil e no mundo sobre o planejamento e a industrialização para a superação do subdesenvolvimento. No período cepalino ele defende a sua concepção de planejamento elaborada juntamente com Prebisch e equipe, conforme os parágrafos que seguem.

Podemos observar esse debate num artigo de Furtado denominado *A programação do desenvolvimento econômico II*, publicado primeiramente no *Jornal do Comércio* de 22 de junho de 1953, transcrito em dois grandes jornais de São Paulo (cf. FURTADO, 1985, p. 160) e na *Revista do Conselho Nacional de Economia* (edição de nov. - dez. de 1953) como resposta ao artigo de Octávio Gouvêa de Bulhões publicado

no *Jornal do Comércio* de 24 de maio de 1953 com o título *A programação do desenvolvimento econômico*, que atacava não a programação em si, mas sim um tipo de planejamento que não levava em conta os riscos da inflação. Ou seja, a estabilidade teria que ser programada e, uma vez que ela estivesse assegurada, o desenvolvimento viria espontaneamente. O ataque de Bulhões se destinava ao texto da CEPAL - *Estudo preliminar sobre a técnica de programação do desenvolvimento econômico* (apresentado na Conferência dessa instituição em maio de 1953 no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, e que defendia a técnica de planificação).

Nesse artigo, Furtado responde a Bulhões através das seguintes observações, como expomos abaixo.

Primeiramente, o autor chama a atenção para o fato de Bulhões defender uma programação sem inflação na qual o Estado construiria um número apreciável de núcleos de irradiação, ou seja, dotaria o país de infraestrutura sem interferir na iniciativa privada. Tal proposta é criticada por Furtado pelo fato de que não seria possível empreender um programa desse tipo sem antes cercear a iniciativa privada. Nas suas palavras:

*Qualquer programa de investimentos – seja do tipo do do prof. Bulhões -, ou de outro qualquer – exige, para que seja uma coisa séria, uma análise do processo total de formação de capital dentro da economia. Sem essa análise seria impossível dispor de critérios gerais para localizar os “núcleos de irradiação de produtividade”, a que se refere o prof. Bulhões. É essa análise do processo de formação do capital que constitui o núcleo central do estudo da CEPAL. Trabalha-se aí com hipóteses sobre o crescimento da renda e sua distribuição. Trata-se em seguida de quantificar os efeitos daquele crescimento sobre a estrutura e o montante do consumo. Como se está raciocinando em termos reais, procura-se determinar quanto teria que crescer a capacidade produtiva em cada setor (isto é, a quanto deveriam montar os investimentos e aproximadamente que estrutura deveriam apresentar estes) para atender aquele consumo. Esse modelo dinâmico de desenvolvimento equilibrado, é que servirá de base para a orientação dos investimentos privados e para a suplementação destes pelos investimentos públicos (Furtado, 1953, p. 12).*

Um segundo ponto a destacar da réplica de Furtado encontra-se na sua afirmação de que a formação de capital é indispensável para a elaboração de um programa de investimentos (não importa o tipo) seja num caso de desenvolvimento “espontâneo” (como Bulhões afirma) ou não. Logo, a visão de Bulhões de que a CEPAL não

reconhece a existência de forças econômicas em progresso na América Latina é considerada sem fundamento para Furtado. Nas suas palavras:

*O que aparentemente não tomou em consideração o prof. Bulhões é que também no desenvolvimento “espontâneo” jogam um papel fundamental os estímulos que tenham os produtores. (...). O “ânimo de progresso” dos empresários, a que se refere o prof. Bulhões, pode portanto ser criado ou destruído por medidas que visam a outros objetivos. A análise econômica não deve assentar em princípios de fé. É necessário conhecer e quantificar os estímulos a que responde o empresário, se se pretendem criar as condições propícias à sua atuação mais efetiva. Não basta crer no progresso espontâneo. É indispensável conhecer o mecanismo do mesmo, se pretendemos orientá-lo e, quando necessário, acelerá-lo (Furtado, 1953, p. 12).*

Um terceiro ponto que nos chama a atenção dessa reflexão de Furtado encontra-se na sua reação à ideia de Bulhões de que o planejamento cepalino é totalitário e inflacionário:

*Na verdade o programa da CEPAL, como qualquer programa geral de investimentos exige um esforço permanente para ajustar o fluxo de poupança às necessidades de investimento. Não há nenhuma razão para que um plano de desenvolvimento seja mais inflacionário que um desenvolvimento sem plano. A experiência está aí para demonstrar que o desenvolvimento sem plano, com a função consumo de que hoje dispomos, cria fortes tendências inflacionárias. Não vejo como se possam combater essas tendências sem determinar todos os fatores que entram no problema e sem acompanhar a ação de cada um deles, o que evidentemente exige uma orientação geral do processo econômico (Furtado, 1953, p. 15).*

Percebemos, então, um debate que ocorre estritamente dentro do campo da ciência econômica, no qual há uma preocupação em deixar os argumentos técnicos sempre aparecerem, deixando patente uma concepção mannheimiana de planejamento com um enfrentamento ainda “tímido” da ciência econômica convencional (posto que usa algumas de suas categorias)<sup>20</sup>. Observamos esse comportamento nos demais textos desse período, que analisamos nos parágrafos seguintes.

No artigo *A técnica do planejamento econômico* (1954b), Furtado inicia sua reflexão com a afirmação de que o grande interesse que havia naquele período sobre o planejamento se constituía como parte da preocupação crescente em torno do

<sup>20</sup> Para mais detalhes, ver Mallorquin (2005, p. 68-81).

desenvolvimento e das possibilidades de intensificar o seu ritmo, dada a situação de subdesenvolvimento do Brasil, a despeito do ritmo de crescimento econômico intenso entre as economias subdesenvolvidas no período.

Nesse processo, Furtado reafirma sua adesão ao planejamento como uma das respostas para acelerar o processo de crescimento. Mas não qualquer planejamento, segundo Furtado (1954b, p. 3):

*O tipo de planejamento, que aqui consideraremos, refere-se diretamente ao desenvolvimento econômico e consiste, basicamente, na coordenação e intensificação das inversões e numa política encaminhada a lograr a racionalização do uso dos recursos humanos e materiais que a economia tem à sua disposição.*

E não só nesse como em outros tipos de planejamento, a técnica é sempre neutra, tanto que pode ser utilizada pelo planejador para reforçar ou para debilitar a posição da empresa privada como organizadora do sistema produtivo. Segundo Furtado (1954b, p. 4):

*A coordenação das inversões, que é a espinha dorsal do planejamento, é perfeitamente compatível com a organização privada da produção. O objetivo do planejamento não é modificar a estrutura do sistema econômico e, sim, lograr uma intensificação na utilização dos recursos.*

Feitas as definições sobre qual tipo de planejamento é adotado, Furtado parte para a explicação da técnica do planejamento que ele e a CEPAL adotam, como observamos abaixo.

I) O planejamento exige estudos preliminares que, por sua vez, devem ser baseados numa análise de conjunto do processo econômico.

II) Para a elaboração do plano alguns instrumentos de trabalho são indispensáveis: a) previsão da composição geral do consumo a partir da aceitação de uma teoria da função consumo; b) matriz *input-output*; c) levantamento das necessidades prováveis de transporte e energia e conhecimento das formas mais econômicas de satisfazer para o conjunto do país tais necessidades; d) previsão das necessidades de equipamentos (capital fixo); e) previsão aproximada da capacidade de importar e busca da melhor forma de utilizar tal capacidade (hipótese a formular: o que



ocorreria se as importações guardassem sua proporção na satisfação da procura interna?)

III) Após a primeira etapa de elaboração do plano, são determinados os critérios de substituição de importações.

IV) Porém, para serem determinadas as metas de produção interna, é necessária a formulação de hipóteses sobre as importações que por sua vez dependem do conhecimento das metas de produção interna. Ou seja, um círculo que reflete a necessidade de um ajustamento final no plano.

Portanto, neste artigo, Furtado reforça a neutralidade no planejamento, no qual o técnico está fora (e acima) da política (denotando mais uma vez sua adesão ao tipo de planejamento previsto por Mannheim), além de prescrever uma programação para a industrialização com base tecnológica do centro.

No artigo *Fundamentos da programação econômica*, publicado na revista *Econômica Brasileira* (janeiro-junho de 1958b), Furtado, coerente com o título do seu trabalho, expõe as teorias nas quais se baseia para a sua proposta de planejamento para o desenvolvimento econômico, exposta logo após tal fundamentação.

Sobre os fundamentos, Furtado entende que todo planejamento para o desenvolvimento se fundamenta em alguma teoria econômica, como podia ser observado na política econômica liberal do século XIX, cujas fundações se encontravam na teoria econômica clássica (economia política clássica), que defendia a ideia de que o enriquecimento da sociedade se constituía num reflexo do enriquecimento de cada indivíduo separadamente, dentro do seguinte princípio: o que é bom para o indivíduo é bom para a coletividade (do ponto de vista econômico).

Com as próprias transformações na teoria econômica (surgimento de outras correntes de pensamento), modificam-se as propostas de política econômica. Ocorre, no final do século XIX, o abandono do princípio da economia política clássica pelos teóricos do ciclo econômico, porém, de maneira parcial, o que provocou uma ruptura fundamental no pensamento econômico e que perduraria até a publicação da *Teoria geral* de Keynes em 1936. Dessa ruptura, a teoria econômica tomou duas orientações: i) fenômenos monetários analisados como fenômenos macroeconômicos, logo, passíveis

de planejamento e de política econômica; ii) o mecanismo da produção, observado principalmente através do processo de formação de preços, continuou a ser visto como fenômeno microeconômico, logo, não deveria sofrer nenhuma intervenção do Estado. Ou seja, a teoria econômica se tornou híbrida, o que refletiu numa política econômica também híbrida.

Com o advento da teoria de Keynes, contudo, esse quadro muda, como afirma Furtado (1958b, p. 39-40):

*O aspecto mais salutar da revolução keynesiana consistiu em demonstrar, no campo da teoria da produção – campo esse que Keynes chamou de teoria do emprego – que nem sempre existe coincidência entre o interesse do empresário e o interesse coletivo. Isto é principalmente verdade no que diz respeito aos fenômenos de curto prazo, que são aqueles que mais pesam no comportamento do empresário. Dado esse passo, foi fácil realizar na teoria da produção uma revolução idêntica à que antes ocorrera na teoria monetária. E também foi possível reintegrar num mesmo corpo de pensamento os dois campos da teoria econômica; o dos fenômenos reais e o dos fenômenos monetários. Dessa unificação é que surgiu a teoria do desenvolvimento econômico, que constituiu o fundamento da política de programação do desenvolvimento.*

Então, a partir dessa afirmação, Furtado (1958b, p. 40) destaca os pontos centrais da teoria do desenvolvimento econômico que servem de base para o planejamento nas economias subdesenvolvidas:

- 1. O desenvolvimento consiste, basicamente, no aumento da produtividade física do conjunto da força de trabalho, eliminado o efeito de fatores naturais.*
- 2. Logra-se o aumento da produtividade física do trabalho por meio da acumulação de capital e da assimilação do progresso técnico.*

A partir dessa fundamentação, Furtado expõe a sua proposta de planejamento do desenvolvimento econômico, que consiste nas seguintes medidas: i) definição do esforço de poupança necessário (sem o recurso à inflação); ii) definição da distribuição social desse esforço através da política fiscal e da política de preços e salários.

Com a concretização dessas medidas (vistas por Furtado como decisões fundamentais de caráter político, mas sem aprofundar no seu significado) é que tem início o verdadeiro trabalho de programação. Nas suas palavras:

*Esse trabalho consiste fundamentalmente em uma tentativa de previsão das modificações estruturais da procura, determinadas pelo próprio crescimento econômico, e num esforço de orientação das inversões para que a estrutura da oferta evolua em consonância com a evolução prevista da estrutura da procura de bens e serviços. Portanto, o núcleo central de um programa de desenvolvimento está constituído por uma política de inversões. Segundo os critérios adotados na formulação dessa política, o programa será mais ou menos compreensivo (Furtado, 1958b, p. 42).*

E um programa pouco compreensivo, explica o autor, é aquele cuja característica é a parcialidade, ou seja, planeja-se para eliminar pontos de estrangulamento e/ou estimular pontos de germinação da economia (tal como Roberto Campos defende e se encontra presente no Plano de Metas)<sup>21</sup>. Sobre esse tipo de planejamento, Furtado (1958b, p. 43) vê problemas na sua adoção:

*A ideia de concentrar as inversões de um programa em pontos germinativos, se bem que muito atrativa graças à sua simplicidade, não resiste a uma crítica cuidadosa. Com efeito: o que está implícito nessa ideia é que deve haver capacidade ociosa de forma permanente nos setores estratégicos, os quais são exatamente aqueles que absorvem maior quantidade de capital por unidade de produto.*

Em contraposição a esses critérios de ordem geral (pontos de estrangulamento e pontos germinativos), Furtado mostra que existem programas de caráter estritamente econômico, baseados nas estimativas da rentabilidade de cada projeto, nos quais vê problemas na sua aplicação:

*A discrepância fundamental neste caso diz respeito ao conceito mesmo de rentabilidade. Em uma economia altamente desenvolvida, em situação de plena ocupação dos fatores, a rentabilidade de um projeto ao nível da empresa constitui uma boa indicação de sua rentabilidade do ponto de vista social. O mesmo não ocorre, necessariamente, não obstante, em uma economia subdesenvolvida, onde quase sempre existe um desemprego estrutural de fatores. Em razão disso, tem-se feito um grande esforço para medir a produtividade social de um projeto, isto é, a contribuição desse projeto para aumentar a renda nacional. Os critérios sugeridos são de difícil aplicação prática, e aqueles que tentam aplicá-los, ao cabo de algum tempo de luta contra a escassez de informações, reverterem pura e simplesmente ao critério corrente da rentabilidade ao nível da empresa (Furtado, 1958b, p. 43).*

<sup>21</sup> Para mais detalhes, ver Bielschowsky (2000).

Com as dificuldades apresentadas nos dois tipos de planejamento acima expostos, Furtado defende que para contorná-las o ideal é a adoção de técnicas de programação global. Nas suas palavras:

*Essas técnicas têm como fundamento a ideia de que é necessário partir de cima para baixo, isto é, de um balanço das necessidades globais, e não do projeto individual. A dificuldade maior em elaborar esse balanço deriva do fato de que, com o crescimento, o sistema se modifica estruturalmente, sendo necessário conhecer sua dinâmica interna se pretendemos formular alguma hipótese sobre a composição das necessidades futuras. Nesse terreno a análise econômica aplicada à técnica de projeções é de grande utilidade. Estabelecido esse balanço hipotético de necessidades futuras, faz-se possível definir uma primeira escala de prioridades. É necessário não esquecer que cada atividade produtiva interdepende de um grande número de outras. Contudo, somente uma fração dessas atividades produtivas atende diretamente às necessidades da população. Se conseguirmos estimar essas necessidades da população e conhecermos as interligações do sistema, faz-se possível determinar as necessidades de produtos intermediários em todos os escalões da produção (Furtado, 1958b, p. 43).*

Podemos também acrescentar nessa defesa de Furtado a importância que ele dá à ação disciplinadora dos investimentos a qual só é possível sua realização caso se conjugue um conhecimento dos processos econômicos com uma política de desenvolvimento em longo prazo.

Por fim, afirmamos que a defesa do planejamento global por parte de Furtado nesse artigo reitera o planejamento proposto pela CEPAL, tal como em trabalhos anteriores, com uso intenso da teoria econômica e com argumentos técnicos, deixando implícita a sua visão política, dada a sua posição de membro da CEPAL quando elaborou esse trabalho<sup>22</sup>.

O livro *Perspectivas da economia brasileira* (1958a), além de ser um diagnóstico da nossa realidade de subdesenvolvimento (como vimos acima), se constitui na aplicação do planejamento cepalino para o caso brasileiro.

Destacamos em especial o oitavo capítulo – *A programação preliminar* – no qual Furtado analisa como deveria ser uma primeira etapa de programação no Brasil, isto é, a programação preliminar, que não poderia exceder três anos e não se consistiria somente de estudo e trabalho crítico, mas também de ações concretas. Segundo o

---

<sup>22</sup> Sobre as agruras que enfrentou Furtado para expressar suas posições em seus trabalhos enquanto membro da CEPAL após a publicação de *Economia brasileira* em 1954, ver Furtado (1985: 183).

economista: “A diferença entre esta primeira etapa e as seguintes reside em que nestas últimas será possível agir com mais clara consciência dos problemas, achando-se o poder público aparelhado para interferir de maneira muito mais efetiva” (FURTADO, 1958a, p. 60).

Então, a atuação na primeira etapa se daria através dos seguintes passos (cf. Furtado, 1958a, p. 60-66):

I) Constituição de um Conselho Nacional de Desenvolvimento.

II) Levantamento preliminar com duração não superior a três meses através de informação estatística básica de todos os setores da economia.

III) Após o segundo passo, elaboração de um esboço de programa preliminar a fim de eliminar os principais focos de desequilíbrio e seus pontos de estrangulamento.

IV) O núcleo desse programa de transição seria fruto da escolha de poucos problemas em torno dos quais se concentrariam os estudos e a ação prática subsequente.

Podemos afirmar, então, que no período em que Furtado participa da CEPAL, ocorre a predominância do técnico sobre o político, na visão do planejamento como elemento de superação do subdesenvolvimento e construção da nação. Mesmo em questões como a defesa da distribuição de renda mais igualitária, os argumentos técnicos é que dão a tônica, dentro da visão mannheimiana da *intelligentsia* acima das discussões político-partidárias, da qual a CEPAL mantinha atitudes semelhantes. O planejamento, defendido por Furtado e pelo organismo da ONU num contexto democrático, na prática se mostrava muito difícil de ocorrer, o que refletia a contradição básica de Mannheim, pois o povo ainda estava num processo de aprendizado de participação política, dado o nosso capitalismo atrasado.

Na verdade, a afirmação das nações subdesenvolvidas passaria pelo desenvolvimento econômico via planejamento para depois vir a consolidação democrática dentro da ideia moderna de nação.

### ***O Diagnóstico do Subdesenvolvimento e o Planejamento Democrático em Celso***

#### ***Furtado entre 1959 e 1964***

Após sair da CEPAL em 1958 e permanecer um período em Cambridge, pesquisando e redigindo *Formação econômica do Brasil*, Furtado retorna ao Brasil e aceita um convite para assumir um posto de direção no BNDE, sob a condição de atuar somente na área do Nordeste. Essa volta se constituiu num resultado de suas reflexões na Inglaterra, nas quais, através desse estudo histórico que diagnostica as causas profundas do subdesenvolvimento brasileiro, percebe a importância de participar e colaborar no processo de deter o processo de crescentes disparidades regionais, no qual o Nordeste se constituía na maior vítima (cf. Furtado, 1985, p. 226-227 e 1989, p. 37).

Ao assumir o posto no BNDE em 1958, Furtado intervém no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) a fim de saber por que não havia nenhum trabalho concluído até aquele momento. Nas suas palavras:

*Logo compreendi que seriam necessários pelo menos cinco anos para que a pequena equipe de técnicos estrangeiros coletasse informação disponível sobre a região, digerisse o seu conteúdo e apresentasse um relatório com todas as precauções que caracterizam esses documentos saídos de instituições multilaterais. Não havia no Grupo nenhuma pessoa com conhecimento de conjunto da região, e menos ainda economistas especializados em desenvolvimento. Uma equipe assim improvisada, e sem direção competente, servia apenas de escusa para que o governo pudesse dizer que a questão nordestina estava sendo devidamente estudada e que oportunamente se passaria à ação. Visitei uma ou duas vezes o Grupo e recomendei aos técnicos que concluíssem suas monografias com a brevidade possível (Furtado, 1989, p. 37).*

Então, de maneira independente, Furtado organiza um trabalho particular de coleta de dados e processamento de informações, inclusive com uma viagem ao Nordeste, onde observa as péssimas condições do quadro social e as disputas por verbas do Governo Federal aplicadas na região. Conjuntamente a essa pesquisa de campo, Furtado teve acesso a trabalhos que técnicos da ONU haviam feito para o BNDE sobre o Nordeste, como o de Hans Singer, que fez um primeiro exercício macroeconômico sobre qual ajuda financeira externa seria necessária para retirar a economia nordestina da estagnação, não indo, contudo, além desse ponto, pois não conhecia as especificidades da economia regional e tampouco as disparidades regionais entre o Nordeste e o Centro-Sul, e, o de Stefan Robock que, a despeito de ter ficado mais tempo na região e penetrado mais a fundo em seus problemas, “(...) preocupou-se

essencialmente em ajudar o Banco do Nordeste, recentemente instalado, a identificar as áreas em que sua atuação seria mais eficaz. Seu trabalho mais elaborado sobre o Nordeste somente apareceria em 1963” (Furtado, 1989, p. 38-39).

Furtado pesquisa também quais estudos sobre o Nordeste foram feitos por brasileiros e percebe, tal como ocorrera com os pesquisadores estrangeiros, que foram focados, sem visão global dos problemas da região.

Sobre o resultado desse trabalho particular, Furtado nada fala em *A fantasia desfeita* (1989), mas é muito grande a possibilidade dele ter sido aproveitado, mesmo incompleto, para a sua argumentação em defesa de uma política de desenvolvimento para o Nordeste numa reunião realizada no Palácio Rio Negro (Petrópolis) em 6 de janeiro de 1959, convocada pelo Presidente Juscelino Kubitschek (JK), da qual resultou da sua parte na criação da Operação Nordeste (OPENO), cuja liderança ficou a cargo de Furtado por designação presidencial, e que, para sua implementação, contou com as seguintes ações: i) elaboração de um estudo que compreenderia o diagnóstico e o plano de ação e que se constituiu no documento do GTDN – *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*; ii) definição de imediato da estratégia com o objetivo de mobilizar forças de apoio e reorientar a ação do governo federal na região; iii) conversas com políticos e “chefes regionais”, inquietos com a entrevista que Furtado dera ao jornal *Correio da Manhã*, na qual expôs os objetivos da Operação Nordeste, além das informações vindas da Casa Civil sobre esse projeto.

Na Operação Nordeste, percebemos a atuação política do técnico para se dedicar à sua parte na tarefa de planejar e construir o desenvolvimento, não somente na articulação com os políticos, mas também com a opinião pública em geral, como podemos observar na seguinte passagem:

*Graças ao sentimento de confiança que ele [o presidente] transmitia de que coisas iam efetivamente acontecer, de todos os lados brotavam adesões. As classes dirigentes brasileiras foram tradicionalmente tímidas, cautelosas, pobres de imaginação. A construção de Brasília, mesmo que não houvesse desempenhado outro papel, teria servido para mudar momentaneamente esse quadro. Onde eu chegava para falar, logo se manifestava um entusiasmo contagiante. Universidades, associações de classes, corporações militares, cenáculos religiosos, por toda a parte encontrava ouvintes interessados, um estado de expectativa favorável. Choviam perguntas, mas na sua grande maioria motivadas pelo desejo de obter resposta positiva. Eu insistia em que*

*o Nordeste tinha um potencial de desenvolvimento, que a população era dedicada e industriosa, que ansiava por uma oportunidade para ir adiante. Usava uma linguagem simples, mas não simplificava abusivamente os problemas. Um observador estrangeiro que me viu falar em algum lugar nessa época escreveu que eu era um apóstolo que convencia os mais incrédulos, usando com elegância argumentos racionais. Assis Chateaubriand, que me ouviu na Escola de Engenharia do Recife, comentou desabusado: “Esse é um novo Antônio Conselheiro, de fraque” (Furtado, 1989, p. 51).*

Esse relato de Furtado confirma o que dissemos acima sobre a atuação política do técnico, ou seja, uma atuação que quer distância dos partidos, com uma roupagem técnica, mas que possui uma visão política que a sustenta, mesmo procurando seguir a ideia de Mannheim acerca do papel da *intelligentsia*, que está acima das discussões partidárias, denotando em Furtado o reflexo da contradição do sociólogo alemão, posto que ele precisou desde o início fazer política para poder implementar políticas de superação do subdesenvolvimento nordestino. Furtado coloca essas questões mais claramente em *A pré-revolução brasileira* (1962), que analisaremos mais à frente.

No lançamento oficial da Operação Nordeste, no qual foi oficializada a criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e assinada a mensagem ao Congresso Nacional que propôs a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>23</sup>, Furtado expôs o texto *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, concebido e redigido por ele, que optou, contudo, atribuir a autoria ao GTDN com o objetivo de manter seu caráter de documento técnico para fundamentar sua exposição. Dentro desse documento, destacamos o Plano de Ação e suas quatro diretrizes básicas: a) intensificação dos investimentos industriais com o objetivo de criar um centro autônomo de expansão manufatureira; b) transformação da economia agrícola da faixa úmida a fim de proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada; c) transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, a fim de incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida.

<sup>23</sup> O CODENO e a SUDENE seriam liderados por Celso Furtado. Para mais detalhes, ver Furtado (1989).



A partir da instalação do CODENO em 25 de abril de 1959, começa uma longa batalha para a SUDENE ser aprovada. O intelectual e técnico Furtado se vê obrigado a buscar amplo apoio na opinião pública do Centro-Sul, pois os postos de liderança no Congresso eram com frequência ocupados por nordestinos, que fariam de tudo para barrar a criação desse órgão, pois ia contra seus interesses.

Com a aprovação da SUDENE em 15 de dezembro de 1959, Furtado dá à instituição um tom marcadamente técnico, mas sem deixar de buscar apoio na opinião pública, refletindo, como afirmamos anteriormente, a contradição de Mannheim. E isso fica bem claro na seguinte passagem do terceiro capítulo de *A pré-revolução brasileira* (1962):

*Quando afirmamos que a SUDENE é um órgão estritamente técnico, queremos dizer que ela é independente de toda injunção político-partidária. Mas não existe plano de desenvolvimento sem política de desenvolvimento, e nenhuma política pode alcançar eficácia sem o apoio dos centros principais do poder político. O que singulariza a SUDENE é que nela a técnica e a política estão isoladas em dois planos distintos. De seu Conselho Deliberativo participam governadores de nove estados, autoridades essencialmente políticas. A autoridade do seu superintendente, que é também o dirigente técnico do órgão, é delegada do Chefe do Executivo Federal. Por essa forma, tratou-se de evitar o dualismo que no passado foi fatal para a autoridade técnica. Essa unidade do técnico e do político permitiu à SUDENE comunicar-se diretamente com a opinião pública. Não estando vinculada a qualquer ação partidária, os seus objetivos podem sempre ser submetidos ao teste da discussão aberta. Como o debate em torno dos problemas do desenvolvimento não transborda dos critérios de racionalidade e tem sempre um caráter educativo, a grande polêmica em torno da SUDENE contribuiu para formar uma consciência regional das dificuldades a enfrentar e da necessidade de exigir seriedade e continuidade da ação governamental. Elevou-se, assim, o nível de toda a discussão política na região. Haver vinculado o problema do desenvolvimento ao debate político, eis a chave do apoio que recebeu a SUDENE da opinião pública. Houvéssemos conservado em círculos herméticos a análise dos problemas objetivos da região, isolando do povo aquilo a que se convencionou chamar “problemas técnicos”, e permitindo que a discussão aberta se limitasse ao entrecchoque de pontos de vista particulares de políticos locais, e teríamos apenas repetido o passado sem maiores possibilidades de sobrevivência. Essa reflexão fizemo-la desde o começo, pois sabíamos que sem um grande apoio da opinião pública a SUDENE não se colocaria à altura da tarefa enorme que tem diante de si. (...) Era indispensável levar até o povo a discussão objetiva dos problemas do desenvolvimento, desintoxicá-lo das promessas fáceis do período eleitoral, reconquistar-lhe a confiança nos homens responsáveis pela administração da coisa pública (Furtado, 1962, p. 61-63).*

No período em que atuou na SUDENE, Furtado enfrentou muitas dificuldades para levar à frente seus projetos devido à forte oposição da direita e dos EUA.

Durante esse período são lançados os seguintes livros: *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), *A pré-revolução brasileira* (1962) e *Dialética do desenvolvimento* (1964), que analisamos sucintamente nas linhas abaixo.

*Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961) se constitui em uma compilação de estudos sobre a contraposição desenvolvimento-subdesenvolvimento. Na primeira parte do livro, denominada *Desenvolvimento*, o autor mostra onde se encontra a teoria do desenvolvimento na teoria econômica (através da análise da economia política clássica, da economia neoclássica, de Marx, de Schumpeter e de Hansen – inspirado em Keynes) e ressalta a importância dos processos históricos na constituição do desenvolvimento econômico. Essa parte do livro é um aprofundamento do último capítulo de *A economia brasileira* (como vimos anteriormente).

Na segunda parte, denominada *Subdesenvolvimento*, ele tece críticas à concepção da teoria do desenvolvimento nos grandes centros universitários do mundo ocidental. Para ele, há um propósito limitado de mostrar a natureza das variáveis não econômicas que determinam, em última instância, a taxa de crescimento de produção de uma economia. Ocorre, segundo ele, a ignorância do fato de que o desenvolvimento econômico possui uma nítida dimensão histórica, tal como se pode observar a partir da Revolução Industrial. Por isso que, para se entender o subdesenvolvimento, exige-se um esforço de teorização autônomo e com forte dimensão histórica.

*A pré-revolução brasileira* (1962) se constitui numa compilação de estudos, cuja preocupação é, segundo Furtado, esclarecer à juventude universitária brasileira sobre as grandes transformações pelas quais o Brasil passava naquele momento. Destacamos do livro uma primeira crítica ao modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo país e que ele defendia: não houve modificação nas condições de vida de 75% da população brasileira, muito pelo contrário, houve uma crescente concentração social e geográfica de renda, além de ter levado a um aumento relativo da renda da terra. No plano político-administrativo, a ampliação e a diversificação das funções do Estado não foi acompanhada das necessárias reformas de base do próprio Estado, o que colaborou para o enorme aumento do coeficiente de desperdício na ação administrativa pública. Dessa

análise, podemos observar que o diagnóstico de Furtado acerca do desenvolvimento é dinâmico, significando para ele que durante a ação para superá-lo é possível reavaliá-la.

Mais especificamente sobre o tema do planejamento democrático para o desenvolvimento econômico, destacamos abaixo alguns capítulos do referido livro.

No primeiro capítulo – *Reflexões sobre a pré-revolução brasileira* – chamamos a atenção para a defesa de Furtado do modelo dos países ocidentais desenvolvidos, pois, segundo ele, nos mostra a possibilidade de promover o desenvolvimento econômico via planejamento estatal com democracia, mas fazendo adaptações à nossa realidade. O autor também defende a necessidade de modificação em nossas estruturas básicas a fim de que não se criassem condições para uma revolução marxista-leninista no Brasil, visto que se constituía num caldo de cultura importante entre os camponeses. Para isso, urgia prevenir toda forma de retrocesso em nosso sistema político-social e criar condições para uma mudança rápida e efetiva da anacrônica estrutura agrária do país. Nas palavras do autor:

*A tarefa básica no momento presente consiste, portanto, em dar maior elasticidade às estruturas. Temos que caminhar com audácia para modificações constitucionais que permitam realizar a reforma agrária e modificar pela base a maquinaria administrativa estatal, o sistema fiscal e a estrutura bancária. Temos que subordinar a ação estatal a uma clara definição de objetivos de desenvolvimento econômico e social, cabendo ao Parlamento estabelecer diretrizes, mas retirando-se aos políticos locais o poder de discriminar verbas. Temos que dar meios ao Governo para punir efetivamente aqueles que malversem fundos públicos, para controlar o consumo supérfluo, e para dignificar a função de servidor do Estado. Devemos ter um estatuto legal que discipline a ação do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do desenvolvimento econômico e da independência política. Deve o Governo dispor de meios para conhecer a origem de todos os recursos aplicados nos órgãos que orientam a opinião pública. E acima de tudo devemos ter um plano de desenvolvimento econômico e social à altura de nossas possibilidades e em consonância com os anseios de nosso povo.*

*Que devemos fazer para transformar em normas de ação esses desejos e aspirações? Creio que a tarefa mais imediata é organizar a opinião pública para que ela se manifeste organicamente. Cabe aos estudantes, aos operários, aos empresários, aos intelectuais, quiçá aos camponeses, através de suas organizações incipientes, iniciar o debate franco daquilo que esperam dos órgãos políticos do país. Os problemas mais complexos devem ser objeto de estudos sistemáticos por grupo de especialistas, devendo as conclusões ser objeto de debate geral. O país está maduro para começar a refletir sobre seu próprio destino. Dos debates gerais e das manifestações*

*da opinião pública deverão surgir as plataformas que servirão de base à renovação da representação popular (Furtado, 1962, p. 31-32<sup>24</sup>).*

No quinto capítulo – *Subdesenvolvimento e estado democrático* – o autor coloca a necessidade do planejamento numa economia subdesenvolvida como a brasileira. E este planejamento não significa autoritarismo e nem supressão das liberdades individuais. Os países desenvolvidos mostram bem isso. E para que o planejamento se faça é necessário o aparelhamento do Estado, o que ainda não tinha ocorrido, apesar de iniciativas positivas como o Conselho de Desenvolvimento Econômico. Ou seja, o Estado ainda não estava devidamente aparelhado para exercer nenhuma das funções básicas de uma política de desenvolvimento econômico.

Por fim, o autor lembra da importância da preparação de quadros, além de um maior entrosamento entre especialistas em ciências políticas e administrativas e economistas, visto ser condição indispensável ao êxito da política de desenvolvimento e reconstrução do país.

Ou seja, o Estado, para Furtado, é ator fundamental para que o desenvolvimento econômico aconteça e a nação seja construída. Mas não qualquer Estado, mas sim um Estado reformado, modernizado, dotado de burocracia racional-legal, com capacidade organizacional, liberto de todo clientelismo político, democrático, planejador.

No livro *Dialética do desenvolvimento* (1964) destacamos o fato de que o autor observa os fatores dinâmicos da economia brasileira se debilitarem devido à conformação das forças políticas no período (e que apoiariam o golpe de 1964), que impedem a superação dos obstáculos estruturais do subdesenvolvimento. A sua análise se torna mais interdisciplinar, indo além de uma crítica dentro do campo da economia somente, tal como se via fortemente nas obras anteriores, além de reforçar sua crítica aos resultados da industrialização planejada na década de 1960, mantendo a dinamicidade do seu diagnóstico.

Ainda dentro da sua atuação como planejador, Furtado teve uma rápida passagem pelo então recém-criado Ministério Extraordinário do Planejamento entre setembro de 1962 e junho de 1963, no qual elaborou um plano de governo, denominado de Plano Trienal, cujos objetivos fundamentais eram os seguintes: i) assegurar uma taxa

---

<sup>24</sup> Palavras em negrito: grifo nosso.

de crescimento da renda nacional em torno de 7% ao ano (correspondente a 3,9% de crescimento da renda *per capita*) compatível com as expectativas de melhoria das condições de vida do povo brasileiro; ii) redução progressiva da pressão inflacionária; iii) criação de condições para que os frutos do desenvolvimento fossem distribuídos de maneira cada vez mais ampla pela população; iv) intensificação substancial da ação do governo na educação, na pesquisa científica e tecnológica e na saúde pública dentro do objetivo fundamental de assegurar uma rápida melhoria do homem como fator de desenvolvimento, além de possibilitar o acesso de parte crescente da população aos frutos do progresso cultural; v) orientação adequada do levantamento dos recursos naturais e localização da atividade econômica com o objetivo de desenvolver as distintas áreas do país e reduzir as disparidades regionais de níveis de vida, sem o aumento do custo social do desenvolvimento; vi) eliminação progressiva dos entraves de ordem institucional (como a estrutura agrária de então), vistos como responsáveis pelo desgaste dos fatores de produção e pela lenta assimilação de novas técnicas em determinados setores produtivos; vii) refinanciamento adequado da dívida externa, além de evitar a piora do endividamento brasileiro no exterior; viii) o governo deveria ter assegurada uma crescente unidade de comando dentro de uma esfera própria de ação, na qual as suas distintas agências se submeteriam às diretrizes do plano.

Em termos concretos, o plano mal saiu do papel porque Furtado retornou à SUDENE devido à sua exoneração do cargo de ministro (juntamente com todo o ministério) por pressões políticas sofridas por Goulart, numa conjuntura de grande instabilidade social e política.

### *Considerações Finais*

A partir das reflexões empreendidas neste trabalho, podemos constatar que o diagnóstico de Furtado sobre o subdesenvolvimento é dinâmico, sendo coerente com o método da sociologia do conhecimento de Mannheim, pois os fatos levam a uma

reelaboração permanente sobre as características do subdesenvolvimento. A partir do que refletimos, dentro do caminho da sociologia do conhecimento de Mannheim, podemos comprovar como o pensamento está inserido num contexto concreto de uma situação histórico-social e que, portanto, emerge de determinados grupos de homens numa busca de respostas aos problemas comuns.

Celso Furtado, a partir do modelo socialdemocrata europeu e fortemente inspirado em Mannheim, propõe o planejamento democrático como caminho para a superação da nossa situação subordinada, dentro da ideia da *intelligentsia* que se insere no Estado para planejar o desenvolvimento e que não se imiscui nas disputas político-partidárias, pois se encontra acima delas. Contraditoriamente, tanto Mannheim quanto Furtado defendem o controle democrático do planejamento, mas não deixam claro sobre o início desse processo pela *intelligentsia*. E também contraditoriamente, visto de maneira clara na SUDENE, o técnico Furtado teve que fazer muita política para ter uma mínima liberdade de atuação técnica.

Após o golpe de 1964, Furtado é cassado e parte para o exílio, onde continua suas reflexões sobre o subdesenvolvimento, mantendo sempre o caminho dinâmico do pensar esse fenômeno e as propostas de sua superação para que a construção da nação Brasil continue.

### Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: Editora da USP, 1996 (1<sup>a</sup> edição: 1964; 2<sup>a</sup> edição, com acréscimo do capítulo 8: 1977).
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal (organizador). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000 (1994).
- FURTADO, Celso. *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: HUCITEC, ABPHE, 2001 (Tese de Doutorado, 1948).

FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. *Memórias do Desenvolvimento*. Ano 1, nº 1, jun. (2007). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, p. 193-229 (publicado pela primeira vez na *Revista Brasileira de Economia*, nº 3, ano 6, setembro de 1952).

FURTADO, Celso. A programação do desenvolvimento econômico II. *Revista do Conselho Nacional de Economia*. Rio de Janeiro, v. 2, nº 19-20, novembro-dezembro 1953, p. 11-15.

FURTADO, Celso. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954a.

FURTADO, Celso. A técnica do planejamento econômico. *Revista de Ciências Econômicas da Ordem dos Economistas de São Paulo*, ano XI, 70, 1954b, p. 3-13.

FURTADO, Celso. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

FURTADO, Celso. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958a.

FURTADO, Celso. Fundamentos da programação econômica. *Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, v. IV, 1-2, janeiro-junho 1958b, p. 39-44.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (1ª edição: 1959).

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. *Aventuras de um economista brasileiro*. In: FURTADO, Celso. Celso Furtado: obra autobiográfica (vol. 2). São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GRUPO de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. *Uma política de desenvolvimento econômico para o nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o Estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

- HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 (1990).
- HORKHEIMER, Max. *Historia, metafísica y escepticismo*. Madri: Alianza, 1982.
- KOHN, Hans. *A era do nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972a (1929).
- MANNHEIM, Karl. *O homem e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962 (1940).
- MANNHEIM, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972b (1951).
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, Editora da USP, 1974.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Polis, 1984.
- MATOSSIAN, Mary. Ideologies of delayed industrialization: some tensions and ambiguities. In: HUTCHINSON, John & SMITH, Anthony D. (organizadores). *Nationalism: critical concepts in political science*. Londres e Nova York: Routledge, 2000 (1958).
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Saga, 1972 (1956).
- NURKSE, Ragnar. *Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980 (1944).
- PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In: *Estudio Económico de la América Latina 1948*. Santiago do Chile: CEPAL, 1949.
- PREBISCH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- ROSTOW, W. W.. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.



- SINGER, Hans. Comércio e investimentos em áreas subdesenvolvidas. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: FGV, ano 4, nº 1, p. 81-101, mar. 1950.
- SMITH, Anthony D.. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (organizador). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- SMITH, Anthony D.. *Nacionalismo*. Madri: Alianza Editorial, 2004.
- TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da USP, 1996 (1992).
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- VIEIRA, Wilson. *A construção da nação no pensamento de Celso Furtado*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2010 (Tese, Doutorado em Sociologia).
- ZERNATTO, Guido. Nation: the history of a word. In: HUTCHINSON, John & SMITH, Anthony D. (organizadores). *Nationalism: critical concepts in political science*. Londres e Nova York: Routledge, 2000 (1944).